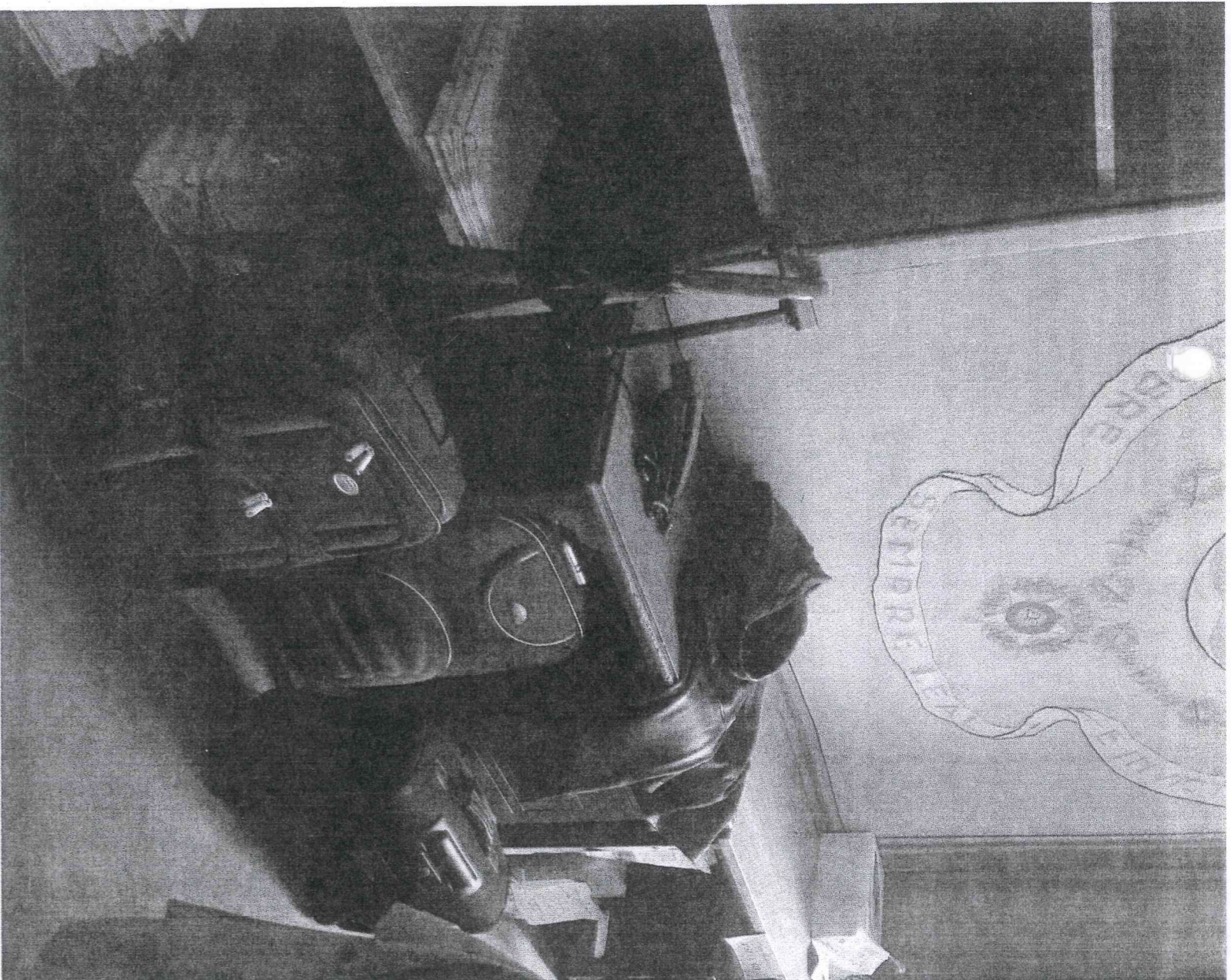


sem condições. Falta espaço e dinheiro. Também fomos ver o tribunal perfeito

A vida difícil dos tribunais

Caderno - *Expresso*

28/10/06



Juízes carregam processos em malas de viagem

Texto RUI GUSTAVO
Fotos JORGE SIMÃO

Ouando chove, a primeira tarefa da secretária do Tribunal da Relação do Porto é descer ao enorme arquivo do palácio da Justiça e esvaziar os dois ou três baldes cheios de água da chuva, estrategicamente colocados debaixo de um buraco no tecto. “Isto foi arranjado no ano passado, mas não havia dinheiro para fazer as obras como deve ser e os homens avisaram logo que não se responsabilizavam, explica, descontraido, Correia de Paiva, presidente do tribunal.

Na Relação do Porto há ainda outros problemas: “Neste momento só temos dinheiro para pagar os ordenados-base e os principais fornecedores, como a água e a luz ou o telefone, o resto vamos ficar a dever até Janeiro. Pagamos tudo e depois, em Maio ou Junho, já estamos afitados outra vez”. O desembargador, 67 anos, encolhe os ombros. Sabe que a situação, nalguns casos com mais gravidade, se repete em todos os tribunais de Relação do país. E há chatices que só se aguentam com um sorriso.

Correia de Paiva está perto do topo da carreira. Tem um gabinete com ar condicionado (só há mais um em todo o tribunal), um quadro enorme com o visconde de Seabra, autor do código civil, na parede e uma vista relaxante para a Foz. Aproxima-se da janelas, afasta os cortinados e mostra o papel de parede — uma espécie de tecido muito em voga nos anos 50 — a desfazer-se aos bocados.

Para os 30 e tal funcionários que se amontoam no rés-do-chão ainda é pior. “Não se esqueça de falar nos cortinados, senhora secretária”, pede uma das funcionáriosas a Maria Augusta, que lamenta: “Bastavam mil euros para pôr cortinados novos em todo o lado. De Verão, isto torna-se humanamente impossível. Mas não temos esse dinheiro”. Nem tudo é

arte e há espaço à vontade para todos. Os 84 juízes dividem 15 gabinetes e têm um nível de produção bom. Correia de Paiva guarda na carteira uma cábulas com os acordãos despachados por cada um deles: “No primeiro semestre deste ano, cada desembargador redigiu, em média, 70 acordãos. O mínimo exigível por ano é 90. Este tribunal funciona”.

Trabalhar com vista para o mar e a três minutos a pé da praia é um privilégio raro. É mesmo o único dos funcionários do Tribunal de Sesimbra, instalado num antigo restaurante em cima de uma falésia. Militares da GNR equipados com colete à prova de bala e seis suspeitos algemados que acabaram de deter encostam-se à parede do corredor para deixar passar os jovens juízes Célia Farinha e José Maria Gonçalves, que o atravessam com um ar indiferente. Os dois dividem uma pequena sala apinhada de papéis e processos. O juiz de instrução do Tribunal ainda está pior: ocupa uma sala com 12 metros quadrados em forma de funil. Quando há um debate instrutório, dez ou doze pessoas têm de ficar de pé, encostadas umas às outras. “Ao interrogar uma testemunha esqueço-me sempre onde estou e digo-lhe ‘pode sair ou ficar’. Quer dizer, tem mesmo de sair”.

No arquivo não cabe mais nada e a sala de testemunhas está cheia de dossiês. As pessoas têm de esperar na rua. Não há sala de advogados e os funcionários acotovela-se numa sala pequena com objectos apreendidos à mistura, incluindo armas. “Quería ver políticos a trabalhar nestas condições. O problema resolvia-se imediatamente”, observa a procuradora Isabel Dias, que tem de dividir o gabinete com uma procuradora estagiária.

Em Évora, oito procuradores dividem o mesmo gabinete apertado numa antiga casa senhoria. Linda e sem espaço. “Combinamos e vimos trabalhar em dias alternados”. Os juízes são fáceis de reconhecer na rua. Puxam malas-tróieis carregadas com processos que levam para casa para estudar. Aqui não há gabinete para ninguém. Nem o vice-presidente tem sítio onde trabalhar. “Palamos por

INVESTIMENTO

48,6

milhões de euros é a verba global prevista no Orçamento do Estado de 2007 para a melhoria das condições de trabalho nos vários organismos do Ministério da Justiça. Representa uma redução de 22% face a este ano e 13,6 milhões são financiamento comunitário

14,4

milhões de euros estão reservados para os tribunais, no Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC)

A situação é insustentável. O Ministério sabe-o, está a tentar ajudar-nos e no princípio do ano vamos para o Palácio Barahona”. O tribunal é famoso no mundo dos juízes pelo bom ambiente de trabalho. O enorme tacho arrumado numa prateleira do arquivo confirma-o: “É para os petiscos que fazemos no quintal”, ri-se a secretária.

No Palácio da Rainha, em Lisboa, os funcionários da Relação debatem-se com os outros problemas: “Os pombos fazem ninhos em todos os buracos, entopem tudo e provocam infiltrações”, explica o secretário Miranda. A falta de espaço foi resolvida com o alugar de várias salas num edifício próximo.

Tribunais novos

Ainda cheia a novo no gabinete, forrado a madeira, de Manuel Soares, juiz do tribunal de Almada, inaugurado há três anos e considerado um dos melhores e mais funcionais do país. “Não tenho razões de queixa”, admite o secretário-geral da associação sindical de juízes, que já anda pelos tribunais há 13 anos e pode sentenciar: “As pessoas aqui trabalham com mais motivação”. Nesta sala não há processos espalhados pela secretária ou pelo chão de pinho, o ar condicionado funciona, a janela grande deixa entrar luz e tem uma vista relaxante.

Os corredores são amplos e as janelas altas desenham rectângulos no chão. Os advogados têm direito a uma sala com Internet e a uma funcionária da Ordem. Há oito salas de audiência, “grandes demais para a maioria dos processos e pequenas para um grande processo”, critica pela primeira vez Manuel Soares, que aproveita a embalagem para apontar os pontos negros do edifício: “As salas de espera não têm janelas e propiciam a agressividade e a tensão. Normalmente deixamos as pessoas esperar nos «halls»”. E o mais caricato: “Viu o relógio à entrada? Não? Ninguém vê”. Na parede da fachada principal, tapado por ferro e vidro, brilha um relógio espectacular, que terá custado 25 mil euros e só é visto pelos vizi-

PRIORIDADES PARA 2007

“Campus de Justiça” promover a criação de espaços multifuncionais nas grandes zonas metropolitanas, com tribunais cíveis e criminais, conservatórias, registos e gabinetes de polícia

Processos digitais acabar com os processos cosidos a linha, torná-los documentos informatizados e access através do ‘Portal da Justiça’, onde também estarão disponíveis os serv oferecidos pelas conservatórias

Correio electrónico generalizar o envio de documentos para as secret judiciais através de mensagens de correio electrónico e dar-lhes o valor de peças processuais

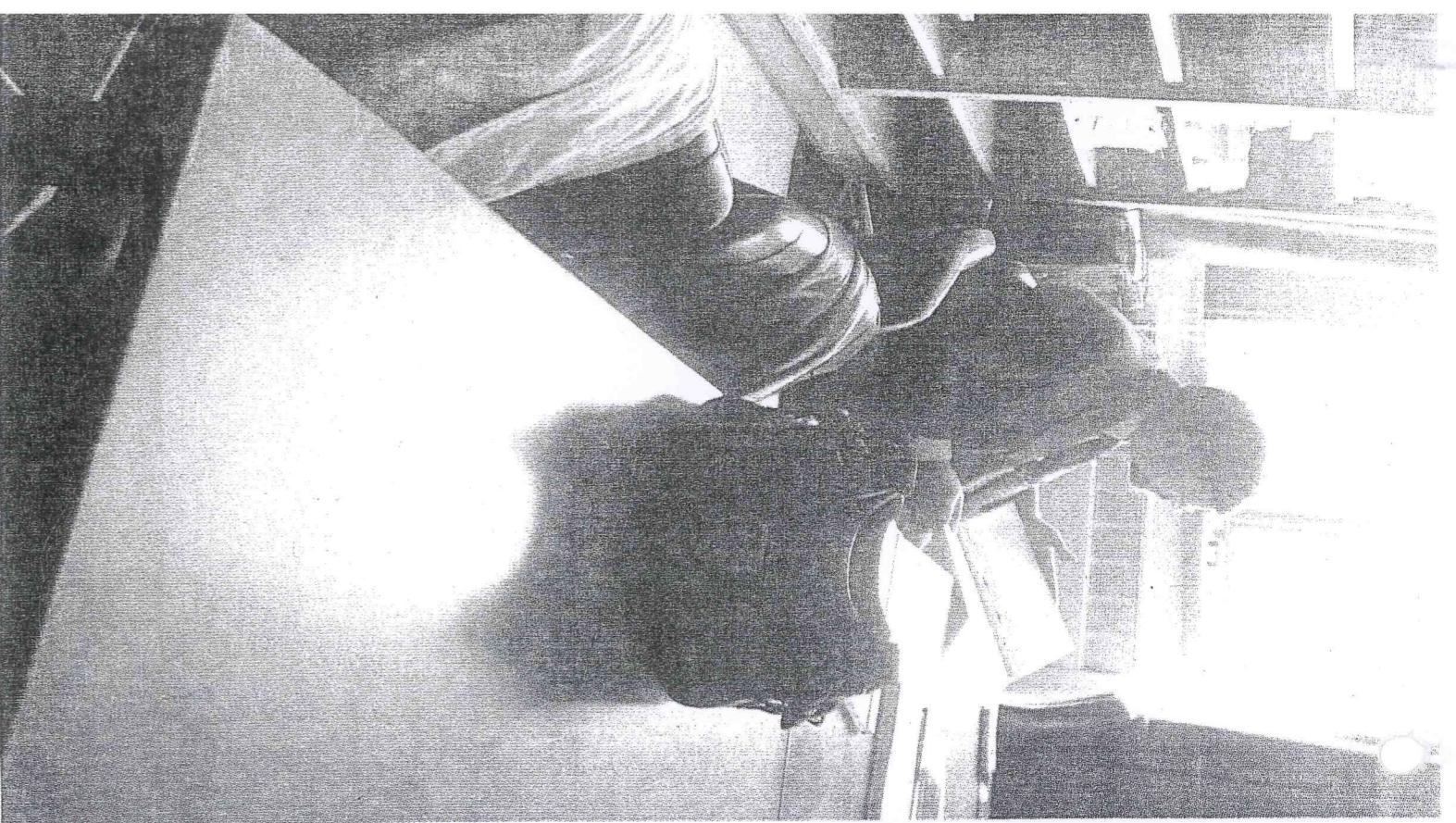
Postos de informação instalar um «software» de livre acesso em vários serviços do Ministério da Justiça para facilitar a informação dos cidadãos

Gravação digital equipar as salas de audiências com novos sistemas de telecomunicações, que permitam a gravação digital dos julgamentos

Tecnologia voip dotar os tribunais tecnologia «Voice over IP» para facilitar as videoconferências. Esta tecnologia permite a realização de conversação telefónicas através de redes baseadas no protocolo IP, como por exemplo a Internet

Actos simples reduzir a burocracia: processos judiciais e racionalizar os procedimentos nos registos civil, penal e penal

Mediação criar mecanismos de mediação no âmbito laboral e penal diminuir o número de processos que chegam aos tribunais

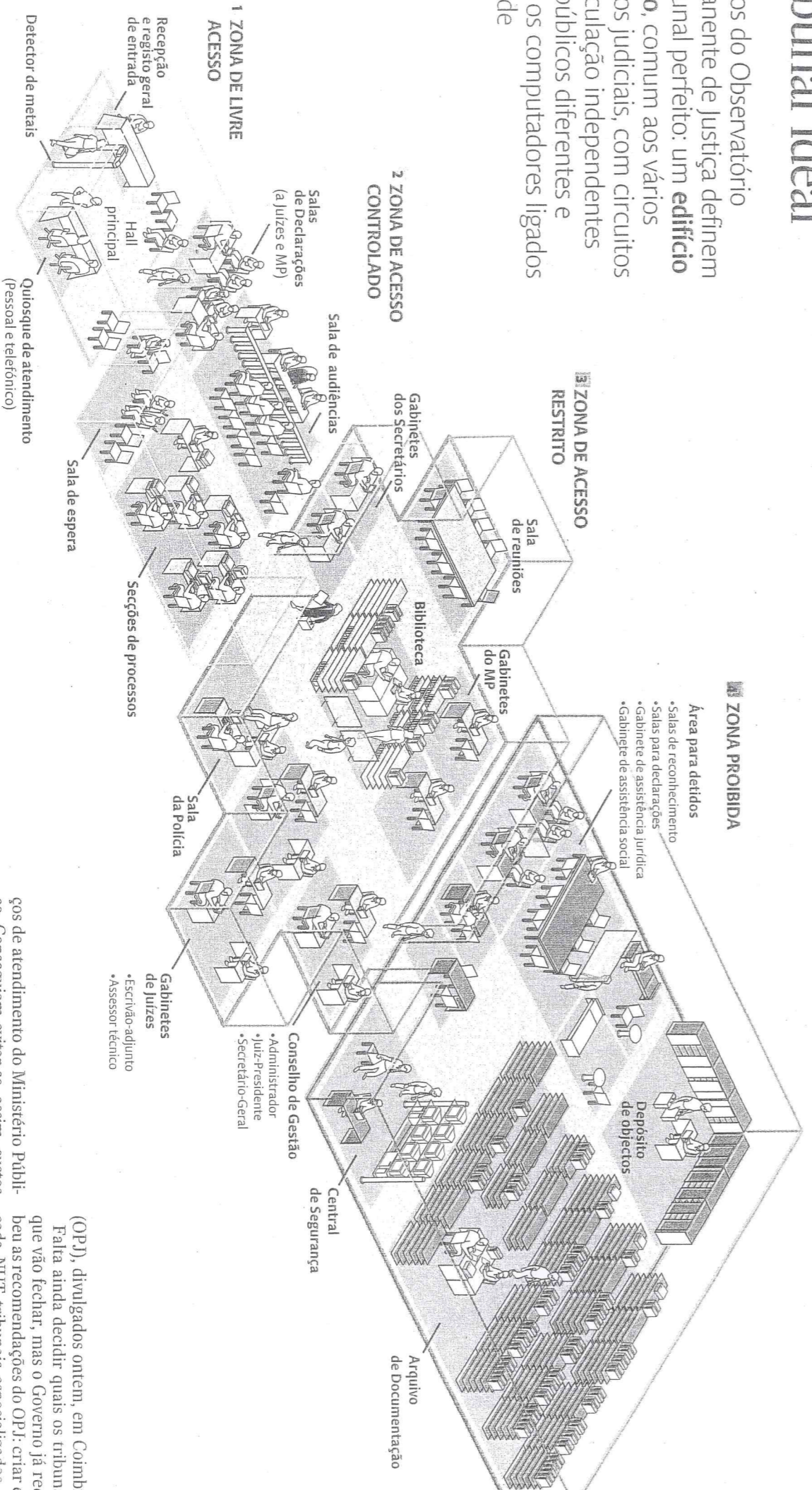


Momento raro na Relação do Porto: uma sala para um juiz. No arquivio, chove. Em baixo, as modernas instalações do tribunal de Almada, onde os processos já se amontoam nas secretárias



Tribunal ideal

Estudos do Observatório Permanente de Justiça definem o tribunal perfeito: um **edifício seguro**, comum aos vários serviços judiciais, com circuitos de circulação independentes para públicos diferentes e todos os computadores ligados em rede



FORNTE: Observatório Permanente da Justiça
INFOGRAFIA ANA SERRA

O projecto do Governo para a nova distribuição dos tribunais pelo país, o chamado mapa judiciário, prevê a criação de um tribunal-sede em cada uma das 30 NUTS III — áreas geográficas adoptadas recentemente para a divisão de serviços

da Administração Central e Local. As novas instalações deveriam seguir o modelo ideal (na infografia).

Duas hipóteses estão em debate: a concentração em grandes áreas e uma justiça de proximidade. Para as conciliar, o Governo propõe um sistema itinerante e móvel fora das NUT: magistrados e funcionários deslocar-se-iam aos locais sem tribunal, para aí garantirem julgamentos, peritagens, interrogatórios e servi-

(OPJ), divulgados ontem, em Coimbra. Falta ainda decidir quais os tribunais que vão fechar, mas o Governo já recebeu as recomendações do OPJ: criar e cada NUT tribunais especializados e tratamento dos conflitos de família menores; aumentar o número de tribunais de comércio, além do reforço e sua capacidade para a zona Norte e para a área da Lisboa; instalar novos tribunais de instrução criminal (TIC), além dos actuais quatro, de modo a cobrir todo o território nacional; e instituir um tribunal com jurisdição nacional para os julgamentos da criminalidade complexa. A.I.A.